



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

RELATÓRIO

Exma. Sra. Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão,

Em cumprimento ao Art. 2º, II, da Portaria Presi 303/2016 (Portaria Presi 8406482, de 9 de julho de 2019), que determina apresentação de relatório semestral das atividades, acompanhamento e evolução dos projetos relacionados à Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão deste Tribunal, passamos a informar:

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região possui atualmente três projetos que se relacionam, direta ou indiretamente, com o tema "acessibilidade e inclusão":

- a) Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe;
- b) Digitalização do Acervo Judicial do TRF1 - 2ª instância;
- c) Acessibilidade para os edifícios do TRF 1ª Região.

Quanto à priorização destes projetos, informamos que os dois primeiros estão hoje elencados na Carteira de Iniciativas Estratégicas como os mais estratégicos do Tribunal. Apesar de os projetos de implantação do PJe e de digitalização do acervo judicial não objetivarem, em si, a acessibilidade e a inclusão, a Seção de Apoio à Gestão Socioambiental e de Acessibilidade e Inclusão - Seamb entende que estes se encontram indiretamente ligados ao tema, uma vez que tais projetos terão grande impacto para o público externo do Tribunal, incluindo as Pessoas com Deficiência - PCD, sejam estas partes, advogados ou demais interessados, tendo em vista que a virtualização dos processos judiciais desobrigará o público externo de comparecer pessoalmente às instalações do Tribunal para peticionamento, obtenção de cópias de peças processuais ou de outras informações, o mesmo valendo para o público interno, que terá ampliada a opção de realizar suas atividades remotamente, via teletrabalho.

Diferentemente dos dois primeiros projetos, o projeto "Acessibilidade para os edifícios do TRF 1ª Região" é, como o próprio nome diz, diretamente vinculado ao tema "acessibilidade e inclusão", apesar de não constar da carteira de iniciativas estratégicas aprovada pelo Comitê Institucional do Planejamento Estratégico do Tribunal - CIPE, não tendo, portanto, priorização no orçamento do Tribunal.

Apresentamos, abaixo, a descrição e o *status* dos projetos mencionados.

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJE E DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO JUDICIAL DO TRF1 - 2ª INSTÂNCIA

A Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com prazo para conclusão para dezembro de 2020, encontra-se com cumprimento de 51,85% do percentual de execução, considerando a média dos quatro indicadores definidos para o projeto (Plano de Ação - TRF1 - Iniciativas do Planej 2015-2020 - Posição em Junho/2019, doc. 8688526), quais sejam: 1- estágio de implantação do

PJe, com 74% no 2º grau e 42% no 1º grau, até maio de 2019; 2- Órgãos julgadores com o Pje implantado, com 85%, faltando somente as varas de execução fiscal e criminais; 3- Índice de sistemas internos migrados, com 0%, devendo ser executado até final de 2020; 4- Índice de equipe de negócio de TI, com baixo percentual.

A Digitalização do Acervo Judicial do TRF1 - 2ª instância, pré-requisito para a virtualização dos processos, com prazo de conclusão para dezembro de 2021, encontra-se, nesta data, com 11% de percentual de execução.

Ainda dentro do tema digitalização, cabe destacar o papel de inclusão realizado pela Central de Digitalização Judicial - Cedig, unidade da Coordenaria de Registros e Informações Processuais - Corip, que realiza o serviço de digitalização de processos para encaminhamento aos tribunais superiores (STJ e STF), de digitalização de petições processos originários bem como atualmente colabora para a digitalização do acervo judicial do Tribunal e sua inclusão no PJe, utilizando-se primordialmente da mão de obra terceirizada de pessoas com deficiência, sendo 30 deficientes auditivos, 8 deficientes físicos, 2 deficientes visuais, 4 com paralisia cerebral e 1 com anemia falciforme, totalizando 45 pessoas com deficiência incluídas no mercado de trabalho apenas nesta unidade. Tem-se notícia, contudo, de que este efetivo tende a ser reduzido em cerca de 30%, com a perspectiva de corte de, pelo menos, 14 postos de digitalizadores, em razão de adequação orçamentária para 2020. A propósito das necessidades destes colaboradores, a Cedig apontou a necessidade de adequação do mobiliário da unidade bem como de suas instalações, encontrando-se estas instalações com problema relacionado à qualidade do ar, conforme diagnóstico efetuado por empresa especializada, com relatório de inspeção técnica pendente de entrega (Despacho Dirad 8659790).

Tratando-se ainda de ambiente digital, a acessibilidade do portal do Tribunal na internet é outra iniciativa continuamente em desenvolvimento pelo Tribunal. Neste quesito, segundo avaliação e simulação de acessibilidade realizada pela ferramenta ASES, a página inicial do Tribunal foi avaliada com o percentual de 88%, com evolução de 74% para 88%, do ano 2016 para o ano 2019 (Despacho Seceb 8689757).

ACESSIBILIDADE PARA OS EDIFÍCIOS DO TRF 1ª REGIÃO

O projeto "Acessibilidade para os edifícios do Tribunal", desenvolvido pela Divisão de Engenharia e Manutenção - Dieng, é constituído pelos seis subprojetos abaixo:

1. INSTALAÇÃO DE POLTRONAS PARA OBESOS NAS SALAS DE SESSÃO E DO PLENÁRIO

Descrição: Aquisição de quatro poltronas, uma para cada sala de sessão e uma para o plenário, conforme dimensionamento previsto na NBR 9050 (8691941 e 8691979).

Status: Em fase de aquisição pela Seção de Suprimento - Sesup/Divisão de Material e Patrimônio - Dimap (DOD e ETP emitidos). Termo de Referência em elaboração.

Percentual executado estimado: 35%

Obs.: Para obtenção da estimativa dos percentuais de execução dos projetos foram utilizados os seguintes parâmetros:

- a) Documento de Oficialização da Demanda - DOD concluída: 15%
- b) Estudo Técnico Preliminar - ETP concluído: 20%

c) Termo de Referência - TR concluído: 30%

d) Fase de Execução concluída: 35%

2. ADEQUAÇÃO DE BANHEIROS, RAMPAS E BALCÕES DE TODOS OS PRÉDIOS DO TRIBUNAL

Descrição: Aquisição de materiais para adequações de acessibilidade em todos os prédios do TRF1 para banheiros, rampas e balcões.

Status: Em fase de aquisição pela Seção de Obras Cíveis - Seoci/Dieng (DOD e ETP emitidos). Termo de Referência em andamento.

Percentual executado estimado: 50%

3. INSTALAÇÃO DE ELEVADOR PLATAFORMA PARA ACESSO AO RESTAURANTE HOTEL NO CENTREJUFE

Descrição: Aquisição de um elevador para ligação do nível do restaurante ao nível térreo no hotel do Centrejufe.

Status: Em fase de estudo (obs.: devido ao elevado valor estimado do item, este não foi priorizado até a presente data).

Percentual executado estimado: 0%

4. SINALIZAÇÃO TÁTIL DE PISO PARA OS PRÉDIOS DO TRIBUNAL

Sinalização tátil de piso para pessoas com deficiência visual.

Status: Aquisição das peças efetuada, instalação em andamento, conforme programado.

Percentual executado estimado: 70%

5. INSTALAÇÃO DE SINALIZAÇÃO TÁTIL, EM BRAILE, NA FORMA DE PLACAS, TOTENS E MAPAS, PARA TODO O TRIBUNAL

Aquisição e instalação de:

a) Placas de sinalização em braile: para identificação das salas e áreas de uso comuns (banheiros, copas, elevadores, etc).

Status: Placas de sinalização adquiridas e instaladas em todos os prédios do Tribunal.

Percentual executado estimado: 100%

b) Mapas táteis: para identificação do pavimento por deficientes visuais;

Status: Mapas táteis adquiridas e aguardando a aquisição das bases para instalações em todos os prédios do Tribunal.

Percentual executado estimado: 65%

c) Totens (ou bases para os mapas táteis): para suportar as bases em todos os pavimentos das edificações do Tribunal.

Status: Em fase de aquisição pela Seoci/Dieng (DOD e ETP emitidos). Termo de Referência em andamento.

Percentual executado estimado: 50%

6. ADEQUAÇÃO DE CORRIMÃOS DE TODAS AS INSTALAÇÕES DO TRIBUNAL

Descrição: Adequação de corrimãos de todos os edifícios do TRF1 conforme NBR 9050 (8691941 e 8691979).

Status: Concluída a instalação dos corrimãos dos edifícios Sede II e Anexo III. Restam as instalações dos demais edifícios.

Percentual executado estimado: 30%

As informações detalhadas dos andamentos dos projetos acima encontram-se disponibilizadas no PAe 0003397-65.2017.4.01.8000 (última atualização: despacho Seoci 8641442).

COMUNICAÇÃO RELATIVA AOS TEMAS ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Quanto à comunicação sobre o tema "acessibilidade e inclusão", informamos que a Assessoria de Comunicação Social - Ascom publicou nota sobre o *Dia Mundial da Conscientização do Autismo*, estabelecido em 2007 pela Organização das Nações Unidas (ONU), celebrado no dia 2 de abril. Tendo a fachada do Edifício Anexo III e o Espaço Cultural Murat Valadares sido iluminados na cor azul, que é um dos símbolos do autismo, representando a maior incidência de casos no sexo masculino (Edição da publicação Primeira Região Hoje, de 3 de abril de 2019 - Edição 2099 8690701).

A Ascom também publicou as seguintes notas no portal do Tribunal no 1º semestre 2019:

Jan/19 - [Tribunal inicia instalação de sinalização visual de acessibilidade;](#)

fev/19 - [Seccional de Minas Gerais inicia trabalhos de promoção à acessibilidade;](#)

Jun/19 - [Instituído manual de acessibilidade para aplicação na Justiça Federal;](#)

Jul/19 - [Designados novos membros para a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TRF1.](#)

Ainda, quanto à comunicação e à sensibilização do público acerca do tema "acessibilidade e inclusão", a Divisão de Cadastro, Registro e Distribuição Processual - Dirad apresentou proposta de elaboração de evento comemorativo denominado *Setembro Azul* (PAe 0017651-72.2019.4.01.8000, Requerimento Dirad 8624697 e Proposta 8624701), mês em que se celebram o *Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência* (21 de setembro) e o *Dia Nacional dos Surdos* (26 de setembro).

Por fim, informamos que, tendo em vista o melhor conhecimento do público alvo a ser alcançado pelas iniciativas voltadas ao tema "acessibilidade e inclusão", a Seamb levantou os seguintes dados do Tribunal (2º grau apenas): público interno de 2.330 pessoas (27 Desembargadores Federais, 9 Juízes Federais Convocados, 1130 servidores efetivos, 318 estagiários e 846 prestadores de serviço), entre os quais se registram 11 servidores (Relatório PNE 8660614), 45 terceirizados com deficiência, estes últimos lotados na Central de Digitalização Judicial - Cedig (Despacho Dirad 8659790) e 6 terceirizados subordinados ao Núcleo de Copa, Limpeza e Conservação - Nucol (4 com deficiência física, 1 com anemia falciforme e 1 com deficiência auditiva), totalizando 62 pessoas com deficiência. Quanto às estimativas acerca do público flutuante do Tribunal, informamos que em 2019 o Tribunal teve um total de 267.696 de acessos em todos os seus prédios (assim dividido: Sede I, 107.712; Sede II, 77.616; Anexo I, 33.000; Anexo II (Ed. Adriana), 6.600; Anexo III, 38.808; Centrejufe, 3.960). Não há dados disponíveis, contudo, referentes ao número absoluto ou ao percentual de pessoas com deficiência integrantes do

público externo que utiliza as instalações do Tribunal ao longo do ano.

Respeitosamente,

Carlos Domingues

Supervisor da Seção de Apoio à Gestão Socioambiental e de Acessibilidade e Inclusão - Seamb



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Roberto de Jesus Domingues**, Supervisor(a) de **Seção**, em 22/08/2019, às 16:29 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **8727758** e o código CRC **375D8218**.

SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores - CEP 70070-900 - Brasília - DF - www.trf1.jus.br
0007344-59.2019.4.01.8000

8727758v8